



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

**Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade**  
<http://www.cecs.uminho.pt>

---

**Caso Kelly:  
Um dossier apimentado ou uma notícia exagerada?\***

---

**Hália Costa Santos**

Escola Superior de Tecnologia de Abrantes  
Instituto Superior Politécnico de Tomar

Universidade do Minho  
*Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade*  
Campus de Gualtar  
4710-057 Braga  
Portugal

2004

---

\*SANTOS, H. *Caso Kelly: Um dossier apimentado ou uma notícia exagerada?*, Artigo a publicar no livro sobre Casos de Jornalismo, Projecto Mediascopio (apoiado pela FCT (POCTI/COM/41888/2001)) da Universidade do Minho (no prelo)

## Resumo

Este artigo pretende clarificar os contornos de um caso que, entre 2002 e 2004, ocupou muito do tempo dos jornalistas e dos políticos ingleses, ultrapassando as fronteiras do Reino Unido. O debate girou em torno do rigor da informação, do relacionamento dos jornalistas com as fontes e das pressões exercidas pelos políticos junto dos media, através dos seus assessores de imprensa (ou “spin doctors”). A BBC, estação onde a polémica teve origem, viu a sua credibilidade abalada. Até onde pode um jornalista ir na reprodução de informações? Até onde pode um governo interferir nas opções editoriais de órgãos de comunicação social públicos?

“It seems obvious enough, but inside many journalists - this goes for desk editors as much as reporters - there is a little demon prompting us to make the story as strong and interesting as possible, if not more so. We drop a few excitable adjectives around the place. We over-egg. We may even sex it up.”

Nota afixada na redacção por Alan Rusbridger, editor do Guardian, na sequência da divulgação do relatório Hutton

## O filme dos acontecimentos do caso Kelly

Em Abril de 2002, o Ministério da Defesa (MoD) começa a organizar um dossiê sobre as Armas de Destruição Maciça (ADM) do Iraque. David Kelly, especialista em ADM, do Ministério da Defesa e da ONU, é consultado. Em Setembro, Tony Blair, primeiro-ministro inglês, promete publicar um relatório com provas sobre a existência de ADM em Bagdade e Alastair Campbell, conselheiro de comunicação de Blair, diz que o documento precisa de ser revisto. No dia 24 o governo publica o relatório, intitulado “Iraq’s Weapons of Mass Destruction: the assessment of the British government”, que inclui a célebre passagem sobre a capacidade iraquiana em accionar ADM em 45 minutos.

A 22 de Maio, o especialista em armas biológicas do MoD, David Kelly, encontra-se com o jornalista do programa “Today” da Rádio BBC, Andrew Gilligan. Os temas da conversa, em “off”, foram a possibilidade de o Iraque ter armas químicas e biológicas, as inspecções que estavam a ser feitas ao armamento no Iraque e os peritos que elaboraram o relatório. Uma semana depois Gilligan apresenta uma série de reportagens no programa “Today” e na BBC “Five Live”. O trabalho é supostamente baseado na

conversa que teve com Kelly. O jornalista diz que, segundo a sua fonte, não identificada na altura da reportagem, o governo apimentou o dossier uma semana antes de o divulgar, incluindo a ideia de que o governo iraquiano tinha ADM que podia accionar em 45 minutos.

No início de Junho, no jornal *Mail on Sunday*, Gilligan escreve que a sua fonte tinha assegurado que a transformação do dossiê se devia a Campbell. Campbell escreve ao director de informação da BBC, Richard Sambrook, queixando-se do tratamento jornalístico dado ao assunto, e dá uma conferência de imprensa onde diz que as reportagens de Gilligan constituem um conjunto de incorrecções.

A 19 de Junho, a Comissão dos Assuntos Exteriores da Casa dos Comuns do Parlamento inglês interroga Gilligan a propósito das suas reportagens e da sua fonte, que era desconhecida até então. O jornalista explica que é um oficial senior encarregado de elaborar o dossier, considerando-o credível para ser citado. Campbell, na mesma Comissão, diz que as acusações feitas na reportagem de Gilligan são mentira e escreve a Sambrook exigindo um pedido de desculpas.

A 3 de Julho, Geoff Hoon, Secretário de Defesa, ligou para Downing Street dizendo que uma possível fonte apareceu mas que o seu relatório relativo ao encontro não acolhe todos os detalhes da história de Gilligan. A 6 de Julho, uma reportagem no *Times* identifica a fonte de Gilligan como um cientista que trabalha no Iraque. Os responsáveis pela BBC fazem sair um comunicado dando apoio incondicional a Gilligan. Sir Kevin Tebbit, que desempenha um cargo senior no MoD, avisa Blair que Kelly poderá vir a ser identificado rapidamente. Dois dias depois, numa reunião presidida por Blair é decidido que o MoD emitirá um documento dizendo que um oficial admitiu ter falado com Gilligan. Foi também decidido confirmar o nome de Kelly aos jornalistas que o indicassem como sendo a fonte da notícia. A 10 de Julho, o *Guardian*, o *Times* e o *Financial Times* identificam Kelly como a fonte de Gilligan. O nome do cientista foi confirmado à imprensa, depois de o MoD ter dado uma sucessão de pistas que levaram alguns jornais a deduzir que a fonte em causa só podia ser Kelly.

David Kelly disse na Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara dos Comuns que teria mantido três encontros com Gilligan, um dos quais uma semana antes da notícia ser divulgada. Apesar disso, Kelly disse não reconhecer muitas das declarações atribuídas à fonte desconhecida, acabando por afirmar que não acreditava ser a fonte principal da notícia. Blair desafia a BBC a revelar a fonte de Gilligan.

A 18 de Julho a Polícia de Thames Valley encontra um corpo perto da casa de Kelly. Mais tarde é confirmado que se trata de Kelly. Lorde Hutton, um Law Lord e antigo responsável pela Justiça na Irlanda do Norte, é nomeado como responsável por um inquérito acerca das circunstâncias que rodearam a morte de Kelly.

Dois dias depois, a BBC confirma que Kelly era a fonte tanto de Gilligan como de Susan Watts. Em comunicado, o director de informação da BBC, Richard Sambrook, mantém o apoio ao seu jornalista, dizendo que a BBC acredita ter “interpretado rigorosamente e relatado a informação factual obtida durante as entrevistas com David Kelly”. Garantiu ainda que a estação pública vai cooperar totalmente com o inquérito sobre a morte do cientista, fornecendo as notas dos jornalistas envolvidos.

Tony Blair desmentiu ter autorizado a identificação de David Kelly como a “toupeira” da BBC. A BBC confirmou tencionar usar em sua defesa a gravação de uma entrevista com David Kelly, na qual o cientista exprime reservas quanto à forma como o governo britânico usou informações dos serviços secretos para justificar a guerra no Iraque.

A 11 de Agosto começa, o inquérito Hutton começa. No dia seguinte, os dois jornalistas da BBC, Andrew Gilligan e Susan Watts, garantiram que David Kelly lhes disse que o dossier sobre armas de destruição maciça no Iraque fora manipulado a pedido do director de comunicação do Governo, Alastair Campbell. Num depoimento perante o juiz Hutton, Gilligan disse que Kelly aprovou as citações usadas na reportagem sobre a manipulação do dossiê pelo governo.

A 13 de Agosto a BBC voltou a estar no centro de todas as críticas quando a jornalista Susan Watts acusou a empresa de ter tentado “moldar” as suas notícias para corroborar a polémica reportagem do seu colega Andrew Gilligan. A jornalista disse ter sido pressionada pelos administradores da BBC a identificar a sua fonte anónima como David Kelly. No inquérito do Lorde Hutton, Watts disse haver grandes diferenças entre as suas reportagens e as de Gilligan.

A 19 de Agosto, Campbell garante que não só não “apimentou” o dossiê, como pediu que a sua linguagem fosse suavizada. No testemunho perante o Lorde Hutton, garantiu que a alegação de que Saddam poderia usar ADM em apenas 45 minutos já estava incluída no dossiê quando o leu pela primeira vez. Campbell disse ainda não ter tido qualquer participação na divulgação do nome de Kelly à imprensa.

A 27 de Agosto, o ministro da Defesa britânica nega ter tido qualquer responsabilidade na publicação do nome do cientista David Kelly. Ao testemunhar perante o juiz Hutton, Geoff Hoon responsabiliza funcionários do seu Ministério pela identificação do

cientista como fonte da BBC e sublinha que a sua preocupação fora proteger a identidade do cientista. No dia seguinte, Blair assume a plena responsabilidade pela divulgação do nome de David Kelly, mas rejeita categoricamente a acusação de ter enganado os britânicos quanto ao armamento iraquiano para justificar a guerra. No dia seguinte, Campbell demitiu-se.

A 28 de Janeiro de 2004, o relatório Hutton iliba o executivo de Tony Blair de quaisquer responsabilidades no caso e acusa a BBC de ter mentido quando referiu que o governo britânico pressionou os peritos para exagerar os perigos sobre as armas iraquianas. O documento conclui que não houve nenhuma estratégia montada pelo governo para que o nome de Kelly fosse identificado como o autor da fuga de informação. O juiz sustenta que, ao contrário do que noticiou a BBC, não há provas de que o governo tenha “apimentado” um relatório sobre o arsenal químico e biológico iraquiano para justificar a guerra contra o regime de Saddam Hussein.

A BBC apresentou desculpas por “certas alegações” erróneas do seu jornalista Andrew Gilligan, as quais foram consideradas “infundadas” pelo relatório do juiz Hutton. O presidente do conselho de administração da estação, Gavyn Davies, anuncia o seu afastamento do cargo.

No dia seguinte a BBC apresenta um pedido de “desculpas sem reservas” ao governo de Tony Blair, pelos erros cometidos na divulgação do caso do cientista David Kelly. O pedido de desculpas é apresentado publicamente pelo presidente interino da BBC, Richard Ryder, substituto do demissionário Gavyn Davies. O director-geral da cadeia televisiva Greg Dyke também apresenta a sua demissão.

O juiz britânico Brian Hutton ordena a abertura de um “inquérito urgente” à fuga de informação que permitiu ao tablóide Sun publicar na véspera um resumo das principais conclusões do relatório sobre a morte do cientista David Kelly.

A 31 de Janeiro, os trabalhadores da BBC publicam um anúncio no jornal Daily Telegraph intitulado “A independência da BBC”, onde defendem o trabalho realizado por Dyke e sustentam o apoio a um jornalismo “de força, rigoroso e independente, na procura da verdade”. O ex-director-geral da BBC, Greg Dyke diz não perceber por que é que a estação pediu desculpa ao governo britânico. O jornalista Andrew Gilligan abandona a BBC.

## Quatro questões discutidas na imprensa

Do ponto de vista da investigação sobre as práticas jornalísticas, o caso Kelly levantou, na imprensa, questões de quatro tipos. Estas questões foram discutidas por teóricos da comunicação, formadores de opinião, políticos e jornalistas.

- Uma questão que diz respeito aos cuidados que os profissionais dos media têm, ou não, na selecção das fontes utilizadas para a produção de informação, acrescida do debate sobre a revelação, ou não, da identidade das fontes.
- Uma questão que diz respeito ao espírito de classe dos jornalistas, sobretudo quando confrontados com situações que se apresentam difíceis perante a opinião pública e que a podem transformar, abalando a credibilidade dos media em geral ou de um órgão de comunicação social em particular.
- Uma questão que diz respeito à definição da agenda política por parte dos media e, simultaneamente, às interferências mais ou menos directas dos “spin doctors” (termo pejorativo para assessor de imprensa) na agenda dos media.
- Uma questão que tem a ver com o embargo de documentos e com as situações em que esse embargo é desrespeitado pelos media.

### **Os cuidados que os profissionais dos media têm, ou não, na selecção das fontes utilizadas para a produção de informação e o debate sobre a revelação, ou não, da identidade das fontes.**

Como avaliar a credibilidade de uma fonte? Quantas fontes devem ser ouvidas para confirmar uma informação? Em que situações usar fontes não identificadas? Que controlo devem as editorias exercer sobre os seus jornalistas para garantir a veracidade das informações dadas por fontes não identificadas? A identidade da fonte pode ser divulgada? Em que situações? Esse papel cabe única e exclusivamente ao jornalista e/ou órgão de comunicação social? Estas terão sido as principais questões que se levantaram, a propósito das fontes, durante os dois anos (Maio/2002 a Abril/2004) em que o caso Kelly dominou muitas das discussões jornalísticas, no Reino Unido mas não só.

#### **Divulgar a fonte anónima**

Dias antes de se suicidar, ao ser ouvido pela Comissão Parlamentar de Assuntos Externos, David Kelly disse não acreditar ser a principal fonte do jornalista da BBC, Andrew Gilligan. Em vários artigos publicados na imprensa inglesa e na imprensa

portuguesa os jornalistas deixavam transparecer que mal estaria a BBC se se viesse a confirmar que Kelly era, de facto, a sua única fonte. O Diário de Notícias dizia que “no caso de se concluir que Kelly não era a «toupeira», a estação será criticada por não ter explicado antes que o cientista não era a sua fonte, evitando assim muita da pressão mediática e política que o levou ao suicídio” (20/Junho/03).

A pressão da opinião pública acabou por tornar inevitável o anúncio de que Kelly era, de facto, a única fonte de Gilligan. Nem Gilligan nem os seus superiores hierárquicos quiseram identificar a fonte da informação, respeitando, numa fase inicial, uma das mais sagradas condutas dos jornalistas. No entanto, estas não eram as únicas pessoas a saber que Kelly era o nome que a opinião pública queria conhecer. Os outros media, porque esta se tinha tornado numa questão de elevado interesse público, estavam interessados em desenvolver a história. Essa tarefa exigia identificar a fonte. Por outro lado, o governo necessitava de encontrar um “bode expiatório”, tal como afirma Nuno Pacheco num editorial do Público: “Para alguns, é tudo claro: David Kelly, funcionário do Ministério da Defesa e conselheiro de Blair (logo, com acesso privilegiado ao processo), foi propositadamente colocado na posição de principal responsável pelo descrédito público do governo nesta matéria, de forma a arranjar um "bode expiatório" e alijar eventuais culpas em eventuais "exageros".” (20/Julho/03).

Num processo que, mesmo depois da divulgação do relatório Hutton, não ficou cabalmente esclarecido, o governo acabou por facilitar a identificação de Kelly como “a” fonte de Gilligan. No meio de uma séria ameaça política – que poderia pôr em causa a intervenção militar no Iraque assumida pelo Reino Unido ao lado dos Estados Unidos da América –, o governo inglês decidiu facilitar aos jornalistas a identificação de Kelly como sendo a fonte de Gilligan.

Em vez de utilizar uma estratégia de manter a dúvida, usada pelos Gabinetes de Comunicação em determinadas situações – não comentando, não confirmando nem desmentindo –, o governo optou por confirmar o nome de Kelly sempre que os jornalistas o mencionassem como sendo uma das possibilidades. Segundo a imprensa inglesa, o certo é que essa confirmação acabou por ser feita depois de terem sido dadas várias pistas, o que limitava as possibilidades a um número muito reduzido. A identificação foi, portanto, facilitada. E foi alvo de críticas também.

Ao ter conhecimento do apoio dado pelo juiz Hutton ao governo inglês, Malcolm Rifkind, antigo Secretário da Defesa, discordou da estratégia de divulgação do nome da fonte (The Guardian, 30/Janeiro/04). Para este antigo responsável, o acertado seria o

tradicional “no comment”, se se considerasse que seria contra o interesse público a divulgação do nome. A alternativa seria a divulgação de uma nota com a identificação de David Kelly, sustentada pelo facto de este ter quebrado as regras quando falou com os jornalistas. Ajudar os jornalistas e permitir, dessa forma, a identificação da fonte foi, para Rifkind, a pior das opções.

Ainda antes do relatório Hutton, outra feroz crítica ao governo inglês foi lançada num editorial do Daily Mail onde se defendia que a opção de divulgar o nome de Kelly é vista como uma manobra de diversão que acabou por levar o cientista à morte. O mesmo editorial dizia, por outro lado, que a BBC tinha “o dever de proteger a identidade (de Dr. Kelly), uma vez que sem fontes confidenciais seria impossível manter o público devidamente informado” (21/Julho/03).

Do ponto de vista dos jornalistas, a questão que se discutia era a de saber se a própria BBC deveria, ou não, ter identificado a fonte da reportagem de Gilligan. Acabou por fazê-lo, depois de num primeiro momento ter negado a identificação feita por outros órgãos de comunicação social. As várias opiniões emitidas acabam por mostrar a extrema importância da questão mas não é possível encontrar um consenso. Responsáveis portugueses, ingleses e americanos dividem-se entre a divulgação da fonte, a não divulgação e a divulgação em determinadas circunstâncias.

Um artigo do Diário de Notícias (22/Julho/03) apresenta, a este propósito, a opinião do seu director, Mário Bettencourt Resendes, a opinião do director do Público, José Manuel Fernandes, e a opinião do presidente do Sindicato dos Jornalistas, Alfredo Maia (ouvido pela Lusa). Citado no artigo em questão, Alfredo Maia entende que a revelação feita pela BBC “não configura qualquer violação ética”. E acrescenta: “Neste caso, o pacto de lealdade entre o jornalista e a fonte transmitiu-se à família, devido à morte de Kelly. Se a revelação da fonte foi vontade da família, então há que considerar essa vontade”. No entanto, para o presidente do Sindicato dos Jornalistas, “se a BBC decidisse não revelar a fonte deveria receber igualmente um aplauso”.

No mesmo artigo, José Manuel Fernandes defende que a revelação da fonte nestas circunstâncias “era a única coisa que restava à BBC, depois de não se ter portado nada bem em todo este processo”. O director do DN concorda com a revelação da fonte, “já que a divulgação pode ser importante para explicar o caso”.

Opinião diferente é a de Luís Delgado, veiculada num artigo publicado no DN (24/Julho/03): “Tenho sérias dúvidas se a BBC deveria ter revelado, mesmo depois da morte, que Kelly era a fonte de informação no caso do relatório de Blair sobre as armas



ou programas de destruição maciça. É suposto, tal como no caso *Watergate*, que o mais fundamental compromisso entre um jornalista e a fonte, viva ou morta, se deve manter inviolável. (...)” Para Mário Mesquita, uma outra questão que se coloca é a de uma eventual limitação da informação: “Sem recurso à possibilidade de guardar segredo sobre a identidade das "fontes", a informação jornalística ficaria praticamente reduzida ao registo oficioso.” (Público, 1/Fevereiro/04).

Num artigo de opinião publicado no *The Guardian* (21/Julho/03), um ex-editor do programa "Today" da Rádio 4 BBC também defende que a estação pública inglesa não deveria ter revelado o nome da sua fonte, nem mesmo depois da morte de David Kelly. Para o comentarista, o jornalista fica em desacordo com um homem que está morto e que não pode defender-se. No mesmo sentido vai a opinião de Paul Slavin, vice-presidente do canal de informação norte-americano ABC, transmitida à Associated Press: “A protecção de fontes é de suprema importância para o que fazemos” (Público, 22/Julho/03). Para Slavin, em circunstâncias normais, a identidade da fonte deve ser preservada mesmo que a pessoa morra. E acrescenta que se as fontes não acreditarem que os jornalistas cumprem a promessa do anonimato, o jornalismo ficará numa posição débil.

A este propósito convém frisar a opinião Miguel Portas, líder do Bloco de Esquerda e ele próprio fonte de muitos jornalistas portugueses. Escreveu no DN (24/Julho/03) um artigo onde critica o director do Público por este concordar com a divulgação do nome de Kelly, interpretando essa posição como um “sério aviso a quem queira relatar a esse jornal coisas verdadeiramente importantes”.

### **O problema das fontes anónimas**

Um assunto que foi pouco discutido na imprensa mas que é também pertinente em todo este caso tem a ver com a utilização de fontes anónimas. José Vítor Malheiros, num artigo de opinião publicado no Público (3/Fevereiro/03) explica que “a regra do jornalismo é a identificação, a publicação das suas fontes”. E explica porquê: “O cidadão tem direito a conhecer a fonte de uma informação para poder responsabilizar o seu autor, deve conhecer os interesses da fonte, caso existam, deve poder avaliar a sua credibilidade ao longo do tempo e exigir-lhe contas, se for caso disso. O jornalista deve actuar como um promotor de transparência e de responsabilização e a identificação das fontes é fundamental para isso. Um jornalista não pode ser a cortina de fumo dos interesses obscuros.” Para este comentarista, o anonimato da fonte só deve ser garantido quando “exista uma fundada razão para essa fonte considerar que a identificação lhe

pode trazer um prejuízo grave: um funcionário que se arrisca a ser despedido por divulgar uma má prática da sua instituição, por exemplo.”

### **O número de fontes**

Discutida nas redacções, nos conteúdos dos próprios media e nos fóruns de investigação, a questão do número de fontes que os jornalistas devem ouvir é recorrente. Uma fonte é suficiente? Como se avalia a sua credibilidade, por um lado, e o seu interesse em divulgar determinada informação, por outro? Num artigo de opinião publicado no DN, Maria Elisa resume a questão: “Embora a BBC mantenha inteira confiança em Gilligan, outros jornalistas criticam o facto de o repórter ter usado apenas uma fonte, já que existe sempre a possibilidade de essa fonte querer mostrar saber mais do que a informação de que efectivamente dispõe.” (20/Julho/03). Num artigo do DN já citado (22/Julho/03), José Manuel Fernandes defende que um dos erros que a BBC cometeu foi precisamente o de ter divulgado “uma notícia muito grave, em que não cumpriu uma regra essencial, ouvir mais do que uma fonte.”

Lorde Birt, antigo director da BBC, considera que o principal problema da peça de Gilligan foi o de não ter confirmado a informação embora o repórter, em determinada altura, tenha garantido que tentou ouvir mais pessoas. O certo é que não teve confirmações nem desmentidos. Lorde Birt dá a sua lição de jornalismo: “Confrontado com uma dica sobre uma matéria delicada, um jornalista experiente testa as suas fontes rigorosamente. Coloca os envolvidos perante as alegações e constroi a história da forma mais completa que for possível.” (The Times, 3/Fevereiro/04).

Num artigo de opinião do jornal The Observer (17/Agosto/03), Will Hutton também critica a prática jornalística de Gilligan – que se limitou a uma fonte e que nem sequer tem uma gravação ou notas que suportem com segurança a informação que divulgou – generalizando-o ao jornalismo britânico, por oposição ao jornalismo norte-americano. Aliás, esta tradição das práticas jornalísticas da BBC é também criticada noutros artigos. Um deles foi assinado por Martin Bell, no The Guardian (29/Janeiro/03): “A moda de fazer entrevistas, com uma única pessoa, não registadas, por jornalistas que, em alguns casos, estão apenas meio acordados levou a um erro pelo qual a BBC está a pagar um preço elevado.”

No entanto, esta opinião não é partilhada por todos aqueles que se pronunciaram acerca do assunto. Num artigo publicado no Público (25/Julho/03) vem expressa a opinião de Paddy Scannell, estudioso do papel da BBC na sociedade britânica e professor no Departamento de Comunicação da Universidade de Westminster, Londres. Para ele,

Gilligan tomou a decisão acertada, uma vez que Código de Prática da BBC aceita uma única fonte “em circunstâncias de excepção” e, segundo Scannell, “foi esse o caso”. Para este investigador, a informação em causa era crucial uma vez que a opinião pública britânica e mesmo alguns membros do governo se opunham à decisão em avançar para a guerra no Iraque.

### **O papel das editorias**

Para além da questão da fonte única e de divulgação da mesma quando as declarações foram feitas sob anonimato, o caso Kelly levantou ainda a discussão sobre o papel que as editorias devem ter na confirmação das informações dadas pelos seus jornalistas. No seu relatório, o juiz Hutton disse: “Quando um repórter pretende pôr no ar ou publicar informação que ponha em causa a integridade de outros, a administração da empresa de comunicação deve garantir que o sistema funcione de tal forma que o seu editor ou editores atribuam particular atenção ao conteúdo da reportagem e verifiquem se é correcto divulgar essa informação em qualquer circunstância” (The Guardian, 30/Janeiro/04).

O certo é que o juiz Brian Hutton considerou que tal não aconteceu e decretou que a BBC deveria ser sujeita a um inquérito aprofundado. Tudo porque, segundo o relatório, numa primeira fase, os responsáveis pela BBC não avaliaram o conteúdo da reportagem de Gilligan e, numa segunda fase, não investigaram as queixas do governo sobre essa mesma reportagem.

Mas esta posição de Hutton não passou sem críticas. O ex-director da BBC directamente atingido pelo relatório, Greg Dike, argumentou que o modo como o relatório criticou o uso das fontes poderá mudar as leis inglesas, limitando a liberdade de informação. E acrescentou: “Penso que não só a BBC é atingida pela linha seguida, mas cada jornalista, cada emissora, cada jornal deste país são atingidos.” (Público, 31/Janeiro/04).

No entanto, o seu antecessor e agora conselheiro do governo inglês, Lorde Birt, tem uma opinião diferente. Para Lord Birt, se tivesse existido um escrutínio editorial da peça de Gilligan antes de ela ter ido para o ar, estaríamos perante um trabalho jornalístico de serviço público. Citado pelo Times (3/Fevereiro/04), este antigo director da BBC diz que quando estão em causa acusações graves que correm o risco de processos de difamação, então os mais experientes editores devem pronunciar-se.

**Alteração das práticas?**

Na sequência de relatório do juiz Hutton, levantou-se o debate sobre uma eventual alteração de práticas jornalísticas. Jamie Wilson, jornalista do Guardian, publicou um artigo com um conjunto de opiniões sobre este assunto (30/Janeiro/04), concluindo que apenas o seu jornal alterou as regras das suas práticas. As novas regras incluem um ponto onde se diz que os jornalistas devem usar as fontes anónimas apenas esporadicamente e que, excepto em situações excepcionais, devem evitar citações pejorativas de fontes anónimas. As novas orientações do Guardian também aconselham os jornalistas a evitar histórias exageradas ou picantes.

No mesmo artigo, Simon Kelner, editor do Independent, explica que este jornal não elaborou novas regras mas adianta que há lições a tirar do relatório Hutton, nomeadamente no que diz respeito às queixas feitas aos órgãos de comunicação social. Este editor considera que deve ser prestada mais atenção a estas queixas, o que não quer dizer que os media se sintam ameaçados sempre que essas queixas sejam oriundas do governo. Por outro lado, Kelner diz que a questão das histórias jornalísticas baseadas numa só fonte também devem ser repensadas.

Outro jornalista citado no artigo em questão, Jon Snow, apresentador do Channel 4, receia que a auto-regulação faça pouca diferença nas práticas jornalísticas: “Duvido que as pessoas estejam interessadas em regras que nos façam comportar melhor”.

**O espírito de classe dos jornalistas, sobretudo quando confrontados com situações que se apresentam difíceis perante a opinião pública e que a podem transformar, eventualmente abalando a credibilidade dos media em geral ou de um órgão de comunicação social em particular.**

Andrew Gilligan foi considerado por outros colegas de profissão como um jornalista que não se enquadra no espírito da BBC. Foi-lhe até atribuído um certo estilo “tablóide”. O repórter começou por ter o apoio dos seus superiores hierárquicos mas com o avançar das investigações do juiz Hutton a sua conduta passou a ser cada vez mais questionada. Com o decorrer do processo, acabou por ser acusado de exagerar a informação de que o governo estava a exagerar. Em última instância, o debate que se fez nos jornais teve sobretudo a ver com a credibilidade dos órgãos de comunicação social. A BBC carrega o peso de uma imagem de rigor, isenção e credibilidade.

Qualquer deslize nas suas práticas jornalísticas é, por isso, mais grave – perante a opinião pública – do que seria noutra órgão de comunicação social menos conceituado.

### **Apoio da BBC ao jornalista**

Citado pelo DN, o director do Público, José Manuel Fernandes, considera que o braço-de-ferro entre o governo britânico e a BBC foi escusado, uma vez que a estação “nunca admitiu que poderia haver um engano, o que pode acontecer todos os dias a qualquer jornalista” (21/Julho/03). Verificou-se, à partida, um apoio quase cego ao trabalho de Gilligan. Mas este comportamento por parte das chefias da BBC também foi alvo de críticas. Por exemplo, o Financial Times, em editorial citado pelo Público (22/Julho/03), questiona o facto de a BBC nunca ter considerado a possibilidade do trabalho de Gilligan ter erros. Esta foi uma das questões mais discutidas, que se prende, de alguma forma, com uma certa maneira da estar dos jornalistas que poderá ser, cada vez mais, alvo de discussão. O apoio das chefias a um jornalista só porque é um dos “seus” começa a ser cada vez mais questionado.

Cada vez mais pressionada, a BBC tomou uma posição que acabou por a desacreditar mais perante a opinião pública. Questionada no âmbito das investigações de Lorde Hutton, a jornalista Susan Watts (que também tratou do assunto na BBC e que também recorreu a David Kelly como fonte) acusou a empresa “de ter tentado «moldar» as suas notícias para corroborar a polémica reportagem do seu colega Andrew Gilligan” (DN, 14/Agosto/03). Se por um lado este episódio foi negativo para a BBC, por outro lado teve o efeito de mostrar que provavelmente Gilligan, e a sua maneira de fazer jornalismo, não é comum à maioria dos jornalistas da BBC.

Meses depois do caso Kelly ter começado a ser discutido, num exercício que alguns consideraram só ser possível na BBC, a própria estação emitiu uma edição do célebre programa de informação “Panorama” precisamente sobre todo este caso. No programa os editores executivos da BBC são acusados “de terem manchado a reputação jornalística da empresa ao darem apoio às acusações de manipulação do dossier do governo britânico sobre o armamento iraquiano sem confirmar devidamente a informação” (CM, 22/Janeiro/04). John Ware, o jornalista da BBC responsável pela emissão do programa, acusou o director-geral e os seus quadros superiores de promoverem “uma jogada arriscada num terreno movediço” (Público, 23/Janeiro/04). As críticas foram directamente para o então director de informação, Gavyn Davies, e para o então director-geral, Greg Dyke. Este episódio revela um forma de estar na

profissão diferente do apoio indiscutível entre pares, muitas vezes pouco fundamentado, que aparenta ser a regra vigente na classe jornalística.

Com o avançar do processo, a BBC começou a distanciar-se de Gilligan. As dúvidas sobre a sua actuação levaram a um questionar do apoio que lhe foi dado quase cegamente. Esta atitude foi devidamente acompanhada pela imprensa. O Guardian Online (29/Janeiro/04) reproduz as palavras de Greg Dyke, quando ainda desempenhava funções de director-geral da BBC: “A BBC aceita que certas alegações centrais da reportagem de Andrew Gilligan no programa Today emitido a 29 de Maio último eram erradas e por isso pedimos desculpa.” Esta tomada de posição foi suficiente para a União dos Sindicatos Jornalistas Ingleses tomar posição em defesa de Gilligan, ameaçando decretar uma greve. Para esta estrutura, independentemente das possíveis falhas do trabalho do repórter, a questão central reside no facto de o assunto ser de interesse público. Resta saber se este não é, mais uma vez, um episódio de apoio incondicional a “um dos nossos” encapotado por um valor nobre: o interesse público.

### **O espírito de classe dos jornalistas**

Depois de conhecido o relatório Hutton vários foram os colunistas do Reino Unido que criticaram a forma como as investigações ilibaram o governo e como condenaram a BBC e Andrew Gilligan. Sem grandes surpresas, veio à tona o espírito de classe dos jornalistas, para defenderem o repórter da BBC. O principal argumento é resumido por Boris Johnson, no Daily Telegraph: “A BBC estava a fazer o seu trabalho” (Público, 30/Janeiro/04).

Mas ouve também quem questionasse este movimento de protecção do jornalista, por parte daqueles que queriam ver o governo condenado e Gilligan ilibado. Martin Kettle, no Guardian Online, considera esta atitude preconceituosa, petulante e cínica (3/Fevereiro/03). Este editorialista faz a defesa do relatório Hutton, que considera muito mais seguro do que a reportagem de Gilligan. Este é um exercício pouco comum, quando se trata de jornalistas a avaliar a conduta de jornalistas.

No entanto, depois da demissão do director-geral da BBC, os próprios trabalhadores da estação, numa manifestação, consideraram que a demissão de Gilligan era inevitável. Um artigo do DN explica que, para os manifestantes, a reportagem em questão prejudicou a reputação da BBC: “Não chega ser quase exacto” (6/Fevereiro/04). Começam, então, a ver-se testemunhos de jornalistas mais preocupados com as questões de fundo (como o rigor do trabalho jornalístico e a credibilidade das empresas de comunicação) do que com o apoio incondicional a um colega de profissão.

### **O rigor ou a falta dele**

Gillian Bowditch, editorialista do jornal *The Scotsman*, escreveu que aquilo que Gilligan fez foi pôr no ar uma dica dada por uma fonte anónima (3/Fevereiro/04). Explicando que essa não é a regra da BBC, Bowditch acrescenta que poucos editores teriam publicado tal alegação explosiva sem que ela fosse confirmada ponto por ponto e sem que os advogados da empresa se certificassem de que tudo o que seria dito poderia ser provado em tribunal.

Na sua carta de despedida, Gilligan insiste na ideia de que o governo “apimentou” o dossier, “transformando possibilidades e probabilidades em certezas”. Assumindo que cometeu erros, o jornalista diz que o preço que a BBC e ele próprio pagaram foi desproporcionado.

Para Jorge Almeida Fernandes, “a par da complacência com Blair, Hutton foi de extrema severidade com a BBC, censurando o jornalista e toda a hierarquia por falta de controlo editorial na crónica de Gilligan. A estação fez uma autocrítica tardia sobre os deslizos de linguagem da peça. De resto, Gilligan tinha uma informação relevante, vinda de uma boa fonte mas anónima. Não teve o cuidado de a investigar e corroborar.” (*Público*, 1/Fevereiro/04).

Mário Mesquita também analisa a questão. Para este autor, “três quartos da reportagem investigativa do jornalista Andrew Gilligan era rigorosa e exacta”. E acrescenta: “A acusação do “Hutton report” centra-se num único ponto, justamente considerado muito grave. Gilligan sustentou - levando demasiado longe as pistas de David Kelly - que Blair, Campbell e os seus colaboradores sabiam que “a ameaça dos 45 minutos” não era digna de crédito e que o perigo iraquiano teria sido deliberadamente empolado pelo Governo. Isso não está provado. O relatório oficial considera que essa acusação é falsa. Aparentemente, Gilligan cometeu, ele próprio, o erro atribuído a Campbell: “apimentou” a sua reportagem com extrapolações abusivas. Este procedimento é condenável, mas não contamina toda a reportagem.” (*Público*, 1/Fevereiro/04).

A mesma linha de pensamento foi seguida por Lorde Birt, antigo Director-Geral da BBC. Segundo o *Times on Line* (5/Fevereiro/04), Lorde Birte disse na Casa dos Lordes que os editores da BBC falharam na avaliação de uma peça de jornalismo descuidado que, na sua opinião e apesar de tudo, na sua maior parte, estava certa.

Num artigo publicado no *The Guardian Online* (3/Fevereiro/04), Martin Kettle critica as reacções ferozes ao relatório Hutton. Para este comentarista, o pior exemplo de reacção foi o de Rod Liddle, o homem que, enquanto produtor do programa “Today”, contratou

Gilligan. Ele é, aliás, visto com o principal responsável pelo clima de animosidade entre o governo e a BBC. Neste artigo, Kettle conta que Liddle era visto como um produtor que não queria histórias convencionais, que não se revia no estilo “standard” da BBC e que, a propósito de Andrew Gilligan, terá dito: “Andrew arranja histórias fantásticas e algumas delas até são verdade”. Para Kettle, esta é uma maneira de fazer jornalismo que assenta na ideia de que os jornalistas pensam que só eles são capazes de dizer a verdade, “mesmo que algumas vezes essa verdade pouco mais seja do que preconceitos não baseados em factos”. Kettle lembra que alguns apelidaram o trabalho de Gilligan de “bravo”. Ele prefere usar outras palavras para identificar esse tipo de jornalismo: “trapalhão” e “tendencioso”. E por isso aplaude um editorial do Economist que insere a reportagem de Gilligan num “tipo de jornalismo britânico moderno que enviesa e falsifica supostas notícias para encaixarem na opinião do jornalista acerca de uma verdade”.

### **A credibilidade da BBC**

Segundo o DN (21/Julho/03), a credibilidade da BBC sofreu um forte abalo quando se confirmou que David Kelly era, afinal, a fonte não identificada da peça de Gilligan. O jornal adianta que “várias personalidades da política britânica questionaram a credibilidade da estação, acusaram Andrew Gilligan de ter empolado o seu relato da entrevista com Kelly e pediram a demissão do administrador e do director-geral da estação pública.” No entanto, esta não é uma posição que tenha gerado unanimidade. Citado pelo Público, Stephen Coleman, professor de estudos democráticos da Universidade de Oxford, considera que a credibilidade da BBC não foi posta em causa com este episódio, “uma vez que se tratou de “uma notícia, um programa, um jornalista”, quando a BBC tem canais terrestres, canais digitais, rádios nacionais locais e o mais bem sucedido site noticioso do mundo. “A única explicação que encontro para um ataque tão feroz à BBC é o facto de se tratar de mais uma manobra de diversão”.

Já Tony Travers, professor de estudos políticos da London School of Economics, acredita que os danos poderão ser muito maiores para a BBC do que para o Governo. “Os britânicos já não têm grandes expectativas em relação ao mundo da política, mas têm grandes expectativas em relação à BBC ”. (25/Julho/03)

Também na opinião de Teresa de Sousa, o comportamento profissional de Gilligan não deve manchar a reputação de uma empresa como a BBC: “A BBC é uma das melhores televisões do mundo. Foi através da BBC que muitos de nós acompanhamos a guerra no Iraque, convictos de que receberíamos a informação mais imparcial e mais completa



possível. O facto de um jornalista seu ter "apimentado" uma notícia que acusava o Governo de ter "apimentado" um dossier dos serviços secretos, introduzindo nele uma informação que sabia ser falsa, não destrói a sua credibilidade nem a condena à vergonha." (Público, 3/Fevereiro/04).

O certo é que uma sondagem feita em Janeiro de 2004 revelou que três vezes mais pessoas acreditam que a BBC diga a verdade do que acreditam que o governo diga a verdade (The Guardian, 30/Janerio/04). Mesmo assim, é de realçar que quase metade dos inquiridos não confia na BBC nem no governo.

**A definição da agenda política por parte dos media e, simultaneamente, as interferências mais ou menos directas dos “spin doctors” na agenda dos media – questão que se prende com a definição do interesse público das informações.**

O que interessa às audiências? Uma agenda definida pelos órgãos de comunicação social ou uma agenda definida pelos políticos? No caso em análise, a BBC surge frequentemente como o órgão de comunicação social que, apesar de ser financiado por dinheiros públicos, tem nos seus quadros jornalistas que fazem questão de fazer frente ao poder político. Por outro lado, o governo de Blair, quando tomou posse, revolucionou a maneira de promover a sua imagem e as suas ideias, desenvolvendo as técnicas de comunicação política, interferindo nas opções editoriais da BBC. O estado das relações entre uns e outros, antes do episódio Gilligan/Kelly, já tinha atingido proporções de conflito latente.

**Definição da agenda**

Ainda antes de o episódio Kelly se ter desenvolvido, lia-se num editorial do Daily Mail (21/Julho/03) que, se se viesse a provar que a história de Gilligan tinha sido exagerada, o jornalista deveria retirar-se da empresa pública e os seus chefes deveriam considerar fazê-lo também. Tudo porque “não é objectivo da BBC inventar ou exagerar por forma a definir a agenda informativa”. O editorial daquele jornal vai ainda mais longe na condenação desta suposta prática: “Se um homem decente e brilhante morreu por causa dessa vã aspiração, a estação terá sofrido o maior abalo à sua reputação internacional”.

Por outro lado, o próprio governo foi também frequentemente acusado de ter errado, nomeadamente por causa da sua “determinação em controlar as agendas mediáticas” (editorial do Financial Times citado pelo Público, 22/Julho/03).

## “Spin Doctors”

Segundo um editorial do Daily Telegraph (21/Julho/03), tudo o que aconteceu até então ficou a dever-se a uma “dança macabra” entre os “spin doctors” liderados por Campbell e os jornalistas, principalmente dos BBC (que sempre se opuseram à guerra no Iraque e que se mostraram dispostos a tudo fazer para a desacreditar. Neste editorial, acaba por se defender que Campbell e Gilligan precisam um do outro. Campbell encontrou na peça de Gilligan uma forma de desviar as atenções sobre a sua participação no dossiê. Gilligan procurou e encontrou em Campbell um homem que jogou com a verdade.

Tony Travers, professor de estudos políticos na London School of Economics and Political Science, citado pelo Público (25/Julho/03) defende que os comportamentos permitidos aos “spin doctors” têm que ser reavaliados porque, na prática. Não podem ter poderes políticos. Mas o certo é que toda esta polémica gira em torno do facto de Campbell ter ou não ter alterado um relatório sobre uma situação política. Em resultado das actuações dos “spin doctors”, Travers defende que “a confiança política no governo está seriamente danificada”.

A Provedora do DN, Estrela Serrano, também analisa a questão dos “spin doctors” (28/Julho/03), recorrendo a um livro de Nicholas Jone, publicado em 1999, sobre a relação entre o governo Trabalhista britânico e os jornalistas. Segundo este autor, Campbell era um “cérebro extra” para Blair e vivia obcecado com as tentativas de manipulação dos jornalistas e com as manchetes que estes produziam.

Com o desenrolar dos acontecimentos, Campbell começou a ver o seu poder a diminuir e as suas posições a serem cada vez mais questionadas. A 29 de Agosto de 2003, na sequência de depoimentos em que era acusado de exercer pressões sobre a BBC, demitiu-se do cargo. Blair emitiu um comunicado onde lamentava a imagem que os media construíram em torno do seu assessor. Elogiou o seu trabalho e definiu-o como “um colaborador extremamente capaz, destemido, fiel às causas em que acredita, dedicado não só a essas causas, mas também ao seu país” (Público, 30/Agosto/03).

Segundo um artigo do Guardian Online (29/Janeiro/04), não fosse a ira de Campbell contra a BBC (sobretudo por causa da sua cobertura da guerra no Iraque) e não fosse a persistência da BBC em assumir-se como independente, tudo se teria resolvido com uma carta de Campbell a pedir uma rectificação da notícia e a emissão de uma correcção por parte da BBC. Só que as relações estavam extremadas.

Num artigo de opinião publicado no Guardian (29/Janeiro/04), Martin Bell, antigo jornalista da BBC e actual deputado independente, defende que o problema da estação

pública foi o de estar a sofrer uma fadiga causada por Campbell, o que a terá levado a lidar mal com as queixas do assessor de Blair.

### **Pressões do N° 10**

Numa entrevista ao Sunday Times (citada pelo Correio da Manhã, 1/Fevereiro/04), o ex-director geral da BBC, Greg Dyke, denunciou “pressões sistemáticas” do governo de Tony Blair à estação de televisão pública britânica, nomeadamente nas questões relacionadas com a guerra no Iraque. Segundo Dyke, Campbell desenvolveu “uma guerra de desgaste” contra a BBC, quando esta tentava “informar bem e de forma calma sobre uma notícia difícil”. De acordo com o DN (2/Fevereiro/04), Dyke, na mesma entrevista, divulgou uma carta que escreveu a Blair em Março de 2003 a Blair. O primeiro-ministro tinha criticado a cobertura que a BBC fez da guerra no Iraque e Dyke respondeu dizendo que Blair não estava em condições de falar de imparcialidade e sublinhando que à emissora pública compete trabalhar informações de forma equilibrada, por mais que o Executivo desejasse transmitir “a sua particular visão do mundo”.

### **Independência da BBC**

Em resultado das conclusões do relatório Hutton, vários foram os políticos que se pronunciaram, nos media ingleses, em favor da independência da BBC. O Guardian reproduziu vários desses testemunhos (30/Janeiro/04), começando pelo de Michael Portillo, deputado da oposição Tory, emitido na própria BBC1: “É absolutamente essencial que a BBC se mantenha editorialmente independente e que não tenha medo do governo”. Mais ainda, Portillo manifestou o seu desejo no sentido de que o governo fosse suficientemente forte para nomear para os cargos deixados vazios na BBC pessoas que “continuem a fine tradição de independência editorial”.

Também Charles Kennedy, líder do partido Liberal Democrata, defendeu que a BBC tem uma voz independente na vida nacional e que não se deverá deixar afectar por uma guerrilha entre Campbell e o programa “Today”. Por outro lado, este político defendeu que esta querela também não deverá ser tida em conta na altura na renovação da Carta da BBC.

### **O embargo de documentos e as situações em que esse embargo é desrespeitado pelos media.**

A divulgação do relatório Hutton foi feita com recurso a um método comum: o embargo. Ou seja, os media assinaram um acordo de confidencialidade e

comprometeram-se a divulgar o documento numa determinada data, todos ao mesmo tempo. Segundo o Público Online (28/Janeiro/04), pela primeira vez os jornalistas que receberam o relatório tiveram que fornecer uma lista com os nomes de todas as pessoas com quem pretendiam discutir o assunto e essas pessoas foram avisadas de que não deveriam transmitir essa informação a ninguém. Mesmo assim, o Sun conseguiu ter acesso ao relatório antes de ele ter sido tornado público. Enquanto Blair se mostrava enfurecido pelo jornal ter “furado” a informação do relatório, a oposição acusava o próprio governo de ser o responsável pela fuga uma vez que o documento era favorável à imagem de Blair.

O jornalista do Sun que teve acesso às informações, Kavanagh, citado no Guardian (28/Janeiro/04), disse que não teve acesso antecipado ao documento mas que alguém – uma fonte antiga em quem confiava e que tinha como completamente imparcial – lhe leu parte das conclusões ao telefone. Acusado de ter uma agenda contra a BBC, o Sun defendeu-se dizendo que se o relatório fosse desfavorável ao primeiro-ministro e não à BBC que também o teria divulgado antecipadamente. Kavanagh disse que a cobertura do seu jornal a propósito das conclusões do relatório Hutton foi justa e correcta.

Perante a publicação de um resumo do relatório antes do mesmo ter sido tornado público, o juiz Hutton anunciou que pretendia processar o tablóide Sun. Apesar de o seu governo ter sido acusado de ser o responsável pela fuga de informação, Blair anegou tal acusação e apoiou o apuramento de responsabilidades em relação ao assunto.

### **Questões para o futuro**

O posicionamento da BBC face ao governo britânico e a forma como este pretende continuar, ou não, a interferir na política editorial da estação pública parecem ser as grandes dúvidas para o futuro, lançadas na imprensa na sequência do relatório Hutton e de todas as demissões causadas pelo caso Kelly.

Para Trevor Philips, produtor de televisão e presidente da Comissão para a Igualdade Racial, as questões que se colocam são, numa primeira fase, três: “1) o governo tem de deixar a BBC em paz; 2) os administradores da BBC devem ser justos mas devem ter a coragem para (educadamente) dizer aos governantes para se meterem nos seus próprios assuntos; 3) os governadores (da BBC) têm de reconstruir a relação entre a estação e a nação” (Guardian, 2/Fevereiro/04). Para Philips, a questão tem sobretudo a ver com a

BBC, argumentando que se as pessoas confiarem na BBC os políticos não poderão tocar na estação pública.

No entanto, para Paddy Scannell, a BBC pode correr riscos, uma vez que depende do governo e tendo em conta que o sector das comunicações está prestes a sofrer remodelações legislativas. Para este professor, “os governos que têm más relações com a BBC arranjam forma de se vingar” (Público, 25/Julho/03)

Para a Federação Internacional de Jornalistas, não é só a BBC que está em causa. Esta Federação considera que “os efeitos do relatório Hutton podem minar os esforços de criação de sistemas de serviço público genuínos em outros países europeus” (DN, 3/Fevereiro/04). Assim sendo, mais uma vez a toda a polémica do caso Kelly pode ter repercursões fora das fronteiras inglesas. Quanto mais não seja, este episódio deveria servir para que noutros países o assunto também fosse debatido.

Num artigo de apoio a Greg Dyke, a produtora da BBC Melvyn Bragg questionou-se, no Observer (1/Fevereiro/04), sobre como é que o governo vai poder ter relações transparentes com a BBC e, por outro lado, como é que a estação pública vai conseguir voltar a mostrar a sua independência. Mas, para esta produtora, a questão essencial é ainda uma outra: “O que vai acontecer no nosso país à insatisfeita, corrosiva e até destrutiva relação entre os media modernos e a democracia moderna?” Esta é uma questão de fundo que vai mais longe do que o relacionamento entre um governo e uma estação de televisão em concreto. Poderá até, eventualmente, alargar-se a outros países.

Numa abordagem mais alargada, Martin Kettle conclui que todo este episódio da história dos media no Reino Unido revela problemas do exercício do jornalismo que, sendo verdade no caso da BBC e no caso inglês, facilmente se transportam para outros órgãos de comunicação social e para outros países democráticos. Eis o que diz Kettle, num artigo publicado no Guardian (3/Fevereiro/04): “Tendo lido o relatório Hutton e quase tudo o que se escreveu a propósito dele, cheguei às seguintes conclusões, não judiciais; primeiro, o episódio ilustra uma crise mais profunda no jornalismo britânico do que o tumulto na BBC; segundo, demasiados jornalistas estão num processo de negação dessa crise profunda; terceiro, os jornalistas precisam de estar na frente que será a tentativa de rectificar essa crise; quarto, o mais certo é que isso não aconteça.”

Kettle conclui: “A ameaça ao jornalismo moderno é real, mas não só tem origem no exterior como também tem no interior. Não deriva só de manipulações, favoritismos e meias-verdades da desacreditada e parcialmente abandonada cultura “spin” dos Trabalhistas, mas também do próprio desrespeito dos media pelos factos, do evitável

falhanço em ser justo, na necessidade de explicações e no desejo persistente pelo melodrama.”

## **Enquadramento teórico do caso Kelly**

### **O papel dos jornalistas e das empresas jornalísticas**

Segundo McQuail, as empresas jornalísticas pretendem desempenhar um papel na sociedade (1994). Embora os contornos desse papel, desempenhado pelos jornalistas, possam ter diferentes interpretações, há pelos menos a divisão entre um papel mais activo e um papel mais neutro. Este autor cita estudos feitos nos Estados Unidos e em Inglaterra desde a década de 70. Já em 1976, 76 por cento dos jornalistas americanos inquiridos por Johnstone entendiam que os media deviam investigar afirmações feitas pelos governos. Sete anos mais tarde essa percentagem desceu para 66 e aumentou o número de jornalistas que mostrava preferência por uma abordagem neutral. Por outro lado, 17 por cento dos inquiridos defendia que o seu papel deveria ser de adversário.

Embora dificilmente um jornalista se coloque na posição de defender apenas um dos três papéis identificados, as instituições públicas de comunicação podem, em geral, fazê-lo. McQuail diz que a BBC é um desses casos, tendo uma obrigação particular de ser neutra e equilibrada. Apesar de se tratar de um organismo público, o autor adianta que essa característica não evita que a estação critique o governo. No caso presente, também não evitou que uma informação pouco segura e muito polémica em relação à política externa do governo inglês fosse colocada no ar.

### **O rigor na rádio**

Uma explicação possível para a notícia de Gilligan ter ido para o ar como foi pode ser encontrada no discurso, algo pessimista, de Franklin: “As notícias da rádio (inglesa) mudaram durante os anos 90 e para pior!” (1997:13). O autor que defende que a rádio, tal como a televisão e os jornais, tem vindo a optar pelo entretenimento em detrimento da informação. Embora esta seja uma marca mais evidente nos canais comerciais, Franklin diz que a BBC não é imune a esta tendência. O exemplo dado é precisamente uma edição do programa “Today” – a do dia 14 de Novembro de 1996 – que incluiu 18 minutos de entrevista a Sarah Ferguson. Embora tenha um historial de produção de notícias, a rádio inglesa está cada vez mais rendida às forças do mercado. Este autor acrescenta que os comentadores de programas como o “Today” ou o “World at One”

convidam os deputados introduzir polémica nas suas análises (1997:115). Se esta actuação pode ser compreendida ao nível na análise, num registo de opinião, o mesmo já não poderá ser aceitável ao nível da informação.

Directamente relacionada com a questão do exagero na informação está a questão do rigor. Ou seja, um jornalista rigoroso não cede à suposta tentação do exagero. No caso da rádio, o tempo reduzido das peças e a necessidade de simplificar para captar um receptor que, pelas características do meio, se pode perder mais facilmente, poderá o exagero ser mais aceitável? Estabelecendo um paralelo com o caso português, tomemos como referência a TSF – Rádio Jornal. Meneses, numa obra que se propõe ser o Livro de Estilo da TSF, é claro: “Nada justifica ter de sacrificar o rigor dos factos para os resumir a 30 segundos, em nome de uma frase com mais impacto ou de uma hipótese que passaria a real!” (2003:226). Na questão do rigor, Meneses explica como deve ser a conduta do jornalista: “Para substituir a inalcançável objectividade em estado puro, os jornalistas têm uma *arma* muito mais eficiente (porque concreta): a honestidade profissional na avaliação dos factos, na selecção das informações, na equidade de posições, na fiel transposição dos depoimentos, na confirmação e atribuição das afirmações e sentimentos à fonte... credível!” (2003:225). Ora esta conduta não parece ter sido seguida por Gilligan.

### **As fontes anónimas e a quebra do sigilo**

Smith explica que “os jornalistas andam preocupados com a utilização de fontes anónimas” (1999:123) mas acrescenta que muitos deles acreditam que algumas histórias só são susceptíveis de ser contadas recorrendo a fontes anónimas, nomeadamente quando estas correm o risco do desemprego se a sua identidade for revelada. Para este autor, há um conjunto de procedimentos que devem ser adoptados quando se trata de decidir publicar ou editar uma história contada por fontes anónimas. Entre estes procedimentos estão a importância da história, os motivos da fonte, as razões para o anonimato, a inexistência de outras fontes e as questões de concorrência com outros meios de comunicação social (1999:129-130).

A motivação das fontes anónimas é um tópico recorrente na discussão deste assunto. Coello entende que é fundamental perceber por que é que “uma pessoa que conhece um segredo decide transformar-se em fornecedor de informações” (2001:107). No caso em análise, este foi um assunto não discutido. Ou seja, pela análise das notícias publicadas não se percebe se alguma vez Gilligan questionou o interesse de Kelly em “passar” a

informação que está na origem de toda a polémica (partindo-se, aqui, do princípio de que a reprodução das informações foi rigorosa).

Segundo Merrill, a utilização de fontes anónimas é um assunto muito controverso entre os jornalistas, não havendo consenso: “Alguns dos jornais, mas não a maioria, tem regras rígidas contra o uso de fontes anónimas, outros permitem-no em certos casos e outros ainda deixam a decisão ao critério dos jornalistas” (1997:197). Tal como Smith, este autor lembra que muitos jornalistas garantem que há histórias que só podem ser contadas se as fontes ficarem no anonimato. A questão que Merrill levanta é a de saber se a garantia de anonimato é algo que os jornalistas possam fazer. O autor explica que se o que está em causa é uma das principais características do jornalismo – a verificação da autenticidade da informação –, então esta garantia não deveria poder ser dada pelos jornalistas à fonte porque a história deixaria de poder ser publicamente comprovável.

Embora “muitos jornalistas tenham orgulho em não revelar a identidade das suas fontes”, Merrill defende que em muitos casos a identificação de quem dá a informação original é primordial (1997:197). Por exemplo, quando se trata de informações negativas ou difamatórias sobre terceiros ou quando se trata de informações controversas.

Ladenson é um dos vários autores que não tem dúvidas em afirmar que a utilização de fontes anónimas deve ser “uma exceção e não uma regra jornalística” (1997:117). Este autor acredita que esta prática assegura credibilidade ao trabalho do jornalista perante o seu público e, por isso, defende que a identificação da fonte deve ir mais além do que a simples apresentação do nome. Para Ladenson, o público deve saber o suficiente sobre a fonte citada para que compreenda que quem dá a informação está, de facto, em condições de o fazer com rigor e com segurança. Este autor defende que, nos casos em que o jornalista decida garantir o anonimato da fonte, essa conduta deve ir até ao ponto de fazê-lo junto dos seus editores e, em situações raras, até nos tribunais.

Meneses considera que, em rádio, uma fonte anónima só deve ser utilizada em “último recurso”. Sobretudo porque na rádio não é possível atribuir um discurso, entre aspas, a uma pessoa que não se identifica. Admitindo o recurso a uma fonte anónima só em circunstâncias excepcionais, Meneses acrescenta que “a partir do momento em que se assume o compromisso, o sigilo profissional é para ser levado até às últimas consequências”. Porque a sua quebra pode significar represálias para a fonte ou, no limite, pode pôr a sua vida em risco (2003:251). No caso Kelly a situação limite



aconteceu, atribuindo-se a responsabilidade da identificação da fonte ao governo e não à BBC que, nessa questão, se manteve firme aos princípios deontológicos do jornalismo.

### **A confirmação junto de outras fontes**

Como ficou exposto, vários autores consideram que a prática de um jornalismo sério exige a identificação das fontes, por uma questão de credibilidade profissional e sob pena de os jornalistas, quando dão cobertura a acusações feitas sob anonimato, poderem estar a ser utilizados para propósitos que os ultrapassam. Mas o caso Kelly não é um caso de manipulação do jornalista. É antes um caso de utilização mais ou menos rigorosa da informação. Situação que implica a confirmação da informação inicial junto de outras fontes, tendo em conta as implicações do seu teor. Como diz Cornu, “os elementos retidos para publicação e difusão serão confirmados junto de outras fontes, independentemente da primeira” (1994:273).

Smith (1999) relata alguns casos em que a utilização de uma única fonte de informação acabou por trazer problemas aos órgãos de comunicação social, nomeadamente quando essa única fonte só sabia da história “em segunda mão”. O autor cita editores com opiniões diferentes, mas lembra que a generalidade dos jornais norte-americanos prefere manter como regra a necessidade de ouvir pelo menos duas fontes independentes para cada história que se escreve.

### **O interesse público ou o interesse do público**

O jornalismo britânico tem características próprias que tocam extremos. Por um lado, aquele tem vindo a ser praticado pela BBC e, por outro, aquele que é praticado pelos “tablóides” sediados em Londres. O Código de Conduta da Imprensa estabelece linhas éticas de actuação para os jornalistas dos media ingleses mas também admite excepções. Stephenson explica que essas linhas podem ser quebradas quando está em causa o interesse público: “O ‘interesse público’ é definido como algo que inclui a identificação ou exposição de um crime, a protecção da saúde e do bem-estar públicos, e a prevenção do público no sentido de não ser enganado por algum depoimento ou acção de um indivíduo ou de uma organização” (2000: 91). O autor refere que o debate que se tem vindo a fazer em relação a esta questão se prende sobretudo com a definição do interesse público e a definição daquilo que interessa ao público. O Código de Conduta diz que em caso de quebra das suas linhas orientadoras o editor responsável por essa quebra terá que explicar o serviço que, com essa actuação, presta ao público.

No caso em análise, o interesse público do assunto não foi questionado. Tratando-se de um informação que poderia pôr em dúvida a opção por uma intervenção militar no

Iraque, dificilmente restariam dúvidas de que o povo inglês deveria estar na posse dessa informação. Por outro lado, também parece claro que o objectivo do jornalista Andrew Gilligan não terá sido o de ir ao encontro daquilo que o público quer ouvir, numa perspectiva sensacionalista. Se assim fosse, provavelmente teria procurado um espaço de maior audiência para transmitir a sua peça, em vez de um noticiário de rádio emitido às primeiras horas da manhã. Mesmo assim, Gilligan não deixou de estar sujeito ao Código de Conduta inglês. Apesar deste documento ter sido revisto em Junho de 2004, o essencial em relação ao interesse público mantém-se.

### **Um governo que apostou no mediatismo**

“A magia estava por todo o lado”. Esta é uma das frases com que Seymour-Ure (2000:151) descreve os primeiros tempos do governo de Blair. O primeiro-ministro é descrito como um eficiente “performer” de televisão e Alastair Campbell é descrito como um poderoso e habilidoso “manager” de notícias. Segundo Seymour-Ure, os jornalistas especializados em política ficaram fascinados com a mecânica mediática do novo governo, algo nunca visto até então. As mudanças verificaram-se tanto a um nível qualitativo como a um nível quantitativo, tendo atingido um verdadeiro patamar de profissionalização. Por um lado, “um aumento de sensibilidade perante a comunicação enquanto instrumento de governo, organização do partido e liderança pessoal”. Por outro lado, “um aumento no estatuto dos ministros e dos ‘conselheiros especiais’ envolvidos” (2000:163-4). Mas esta é uma situação que só se manteve válida até o caso Kelly acontecer. Apesar de toda a estratégia montada, de todos os especialistas, de várias reuniões diárias, de imensos ‘briefings’ e de inúmeros contactos (com maior ou menor pressão) junto dos jornalistas, este não foi um caso simples de resolver. Por causa dele, o homem forte de toda esta política de comunicação, Campbell, acabou por se afastar do governo. A sua estratégia de persuasão acabou por inviabilizar um relacionamento saudável entre o governo e a BBC, ao ponto de o diálogo (que noutras circunstâncias menos inflamadas teria sido suficiente para a estação fazer um desmentido) não ter existido.

## **Bibliografia**

- COELLO, José Manuel de Pablos (2001). *El Periodismo Herido*. Madrid: Foca.
- CORNU, Daniel (1994). *Jornalismo e Verdade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- FRANKLIN, Bob (1997). *Newszak & News Media*. Londres: Arnold.
- LADENSON, Robert F. (1997). 'Court Cases', in Cohen, Elliot, D. and Elliot, Deni (ed.). *Journalism Ethics*, Nova Iorque: Abc Clio.
- McQUAIL, Dennis. (1994). *Mass Communication Theory*. Londres: Sage (3ª edição).
- MENESES, João Paulo (2003). *Tudo o que se passa na TSF*. Porto: Edição Jornal de Notícias.
- MERRYL, John C. (1997). *Journalism Ethics*. Nova York: St. Martin's Press.
- PRESS COMPLAINTS COMISSION (2004). *Code of Practice* (<http://www.pcc.org.uk/cop/cop.asp>)
- SEYMOUR-URE, Colin (2000), 'Prime Ministers' and Presidents' News Operations', in Tumber, H. (ed.). *Media Power, Professionals and Policies*, Londres: Routledge (151-166).
- SMITH, Ron F. (1999), *Groping for Ethics in Journalism*. Iowa: Iowa University Press (4ª edição).
- STEPHENSON, Hugh (2000), 'British Press and Privacy' in Tumber, H. (ed.). *Media Power, Professionals and Policies*, Londres: Routledge (84-95).
- THE GUARDIAN (2004), *The Hutton Inquiry and its impact*. Londres: Guardian Books.